

Reforma Agrária : Limites e Desafios do Cooperativismo

Prof^a. Me. Bernadete de Paiva Miranda ¹

Prof^a. Dr^a. Cristiane Betanho ²

¹ UNIFAE – Programa de Pós-Graduação

13874-539 São João da Boa Vista SP

bethpaivamiranda@yahoo.com.br

² UFU – Faculdade de Gestão e Negócios

38400-902 Uberlândia – Brasil

crisbetanho@gmail.com

Resumo: Apesar de a agricultura familiar ser responsável pela produção de alimentos para abastecimento interno, é preciso reconhecer que outros trabalhos começam a ser exercidos pela família rural, na busca de alternativas para compor a renda, que em geral é precária por dificuldades que se apresentam, em grande parte, relacionadas ao tamanho da propriedade: pequenos agricultores têm dificuldades em se organizar e se capitalizar. O objetivo desse estudo é refletir sobre limites e desafios que serão enfrentados pelas famílias do projeto Jaguari, no assentamento, a partir da experiência de outros dois assentamentos. É um estudo comparativo e foi produzido a partir de trabalhos publicados. Os empreendimentos analisados são econômicos solidários, que buscam equilibrar objetivos conflitantes entre lucros, expectativas da sociedade e preservação ambiental. Os resultados apontam para dificuldades no assentamento se a escolha for produzir e comercializar isoladamente. Conclui-se que, em experiências apoiadas no cooperativismo, as chances de sucesso são maiores.

Palavras-chave: Cooperativismo; Economia solidária; Reforma agrária; Trabalho rural.

Abstract : Although agriculture is responsible for family food production for domestic supply, we must recognize that other studies are beginning to be exercised by the rural family, the search for alternatives to make the rent, which is generally poor due to difficulties that arise in largely related to farm size: small farmers find it difficult to organize and capitalize. The aim of this study is to reflect on the limits and challenges to be faced by the families of the project Jaguari the settlement, from the experience of two other settlements. It is a comparative study and was produced from published works. The projects are analyzed economic solidarity, seeking to balance conflicting goals of profits, society's expectations and environmental preservation. Results point to difficulties in the settlement if the choice is producing and marketing alone. We conclude that, in experiments supported the cooperative, the chances of success are greater.

Keywords: Cooperative; Solidarity Econom; Land Reform; Rural work.

1 Introdução

Dados do PNUD 2007 mostram que embora a agricultura familiar seja responsável por uma pequena parcela do emprego regional e do PIB (10%), é fonte de subsistência para grande parte dos pobres rurais: cerca de três em cada quatro pessoas, no mundo, que vivem com menos de US\$1 por dia, residem em áreas rurais e dependem da agricultura de subsistência, do trabalho no campo ou do cuidado com animais. Sabe-se que plantar é uma arte, necessita de cuidado de artesão, acompanhamento diário. O Brasil tem agricultores que dominam essa arte. Norte e Nordeste trazem a influência da tradição negra e indígena, já o Sul e Sudeste têm raízes europeias. No entanto, está esse agricultor familiar preparado para deixar de “plantar” e passar a produzir – isto é, entender o que produzir, como, quando, quanto, para quem produzir? Se por um lado, é da agricultura familiar a responsabilidade pela produção de boa parte dos alimentos para o mercado interno, por outro ainda há problemas de ordem organizacional, além da escassez de recursos públicos. Para Wanderley (2003), as políticas públicas devem construir as bases para a formação da agricultura familiar.

De acordo com o Censo (IBGE 2006) a agricultura familiar responde pela produção nacional de 87,0% da mandioca, 70,0% do feijão, 46,0% do milho, 38,0% do café, 34,0% do arroz, 58,0% do leite; 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos, e produziam 21,0% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16,0%), um dos principais produtos do agronegócio, exportados pelo país. Além disso, os estabelecimentos da agricultura familiar possuíam (IBGE, 2006) área média de 18,37 hectares, representavam 24% das terras de todo o território nacional e ocupavam 75% dos trabalhadores do campo. Esses dados evidenciam a importância dessa organização produtiva para o abastecimento interno de alimentos, além disso, a agricultura familiar se coloca como alternativa ideal para o desenvolvimento sustentável. Guanziroli *et al* (2001) reafirma a viabilidade da agricultura familiar, com vantagens no plano econômico, ambiental e social: gera-se mais ocupações do que o agronegócio, utiliza-se de forma mais eficiente os recursos escassos terra e impulsiona-se o desenvolvimento local. Terra, trabalho e capital combinam-se entre si; a família é a unidade de produção e de consumo e agricultores detêm grande parte dos meios de produção. Fernandes (2010) concorda e observa que defender a produção de alimentos que consumimos é defender nossa terra e nossa liberdade.

A produção de alimentos de qualidade que garantam a soberania alimentar está diretamente relacionada com uma ampla política de reforma agrária. Esta é uma perspectiva de política de desenvolvimento. Outra perspectiva é a de nos subordinarmos à produção monocultora de grande escala com uso intenso de venenos pelo agronegócio (...). Produzir alimentos saudáveis está se tornando um desafio para todos. Defender a comida que comemos está muito próximo da defesa da nossa terra, portanto na nossa liberdade. Esta é uma das grandes perspectivas das organizações camponesas. (FERNANDES, 2010a, www.4fct.unesp.br/nera).

Veiga e Abramovay¹ (1994 e 1996 *apud* SAUER, 2008) afirmam que “[...] em todas as agriculturas do primeiro mundo, a grande empresa e o trabalho assalariado tornaram-se apêndices de uma massa de estabelecimentos de médio porte tocados essencialmente pelo trabalho familiar” (VEIGA, 1998, p. 27) – o que ainda não acontece no Brasil. A falta de atenção governamental à agricultura familiar aliada à falta de cultura cooperativista e, ainda, a falta de visão sistêmica do pequeno agricultor engendrou condições precárias de produção. Isoladamente, ele não consegue volume suficiente para ganhar mercados, tampouco pode negociar valores de insumos e maquinários. A ação cooperativa apresenta-se como via de acesso a mercado e a programas governamentais, no entanto, falta a cultura cooperativista. E é essa ausência que leva agricultores ao fracasso e à desistência a ponto de traçarem o caminho de volta, para a condição de empregado rural ou trabalho por empreita, quando “vendem” suas propriedades conseguidas pela reforma agrária. Abre-se mão do sonho da terra.

Esse trabalho reflete sobre limites e desafios futuros das famílias acampadas do projeto Jaguari, a partir da experiência de dois assentamentos, um do estado de São Paulo e outro de Minas Gerais. Os dados apresentados na seção Resultados e Discussões mostram que 100% dos acampados são de origem rural e já trabalharam na terra, são famílias que buscam na reforma agrária a saída para voltar a viver da terra; revelam as dificuldades enfrentadas por aquelas pessoas, que estão acampadas há quase três anos, em condições muito precárias de vida, no entanto, que se mantêm firmes em sua luta na expectativa de que o assentamento seja definido em breve. A preocupação do que fazer depois de irem para a terra – o quê e como plantar, para quem e como vender – são razões que justificam esse estudo, que foi desenvolvido a partir de procedimentos metodológicos descritos na seção a seguir.

2 Procedimentos metodológicos

Este trabalho é um estudo bibliográfico descritivo, elaborado a partir de dados qualitativos e quantitativos, obtidos por metodologias diferentes. Betanho (2011) analisou assentamento da reforma agrária no estado de Minas Gerais. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa participativa. Para Rocha e Aguiar (2003), trata-se de metodologia de pesquisa que articula prática e teoria, sujeito e objeto, e seus resultados estão vinculados à tomada de consciência dos fatores envolvidos nas situações imediatas de vida e na participação coletiva para a mudança da ordem social de um agrupamento. Bordenave (2002) enfatiza a ideia de que participar é decidir, intervir no planejamento, na execução e avaliação das ações.

Já os dados obtidos por Miranda (2011) retratam o acampamento Jaguari, no estado de São Paulo, estudado pela pesquisadora no período de setembro de 2010 a agosto de 2011, com visitas frequentes ao

local. É um estudo de caso único, cuja técnica para levantamento de dados foi o censo para a população acampada e a técnica complementar Bola de Neve, ou Rede Social, para se chegar a outros envolvidos com o acampamento. Os resultados comparados dos dois trabalhos foram analisados a partir das dimensões da economia solidária: gestão compartilhada e equilíbrio entre as dimensões social e econômica.

3 Fundamentação teórica

3.1 Desenvolvimento agrário e reforma agrária

O Brasil é um país que privilegia o latifúndio exportador de *commodities* desde os primórdios de seu estado colonial. No entanto, o modelo agroexportador do colonialismo entra em xeque no final do século XIX, a partir da conjugação de fatores como o fim da escravidão, queda de preços dos produtos e a crescente urbanização, com consequências no desenvolvimento industrial urbano (VIA CAMPESINA, 2005). A Revolução de 1930 cria condições objetivas para a alteração do ordenamento agrário do país: o campo brasileiro foi chamado a participar do desenvolvimento nacional, cabendo-lhe a tarefa de prover alimento a baixo custo, mão-de-obra barata e matérias-primas para o recente polo urbano-industrial da economia. A ação de Vargas impunha ao campo o papel de atender às necessidades da economia nacional – colonizar, e produzir mais, para o mercado interno –, de forma subordinada e dirigida pelo Estado (LINHARES e SILVA, 1999).

Entre 1950 e 1964, os novos desafios econômicos e a necessidade de respostas mais qualificadas da agricultura, considerada à época obstáculo ao desenvolvimento da industrialização do país, impõem a necessidade de modernizar a agricultura. Os caminhos propostos para tal modernização podem ser divididos em duas correntes teóricas: a modernização conservadora, que pregava a expansão da agricultura pela intensificação da mecanização, uso de fertilizantes e de defensivos químicos, sendo que a questão social seria resolvida pela criação de empregos fora do setor agrícola; e a modernização estrutural, que buscava modificar a estrutura não apenas agrícola, mas agrária, ligada aos processos de transformação das relações de produção (LINHARES e SILVA, 1999).

Com o golpe militar de 1964, adota-se a corrente da modernização conservadora, por meio do abundante crédito para quem adotasse um pacote tecnológico que levaria a uma agricultura mais eficiente. De acordo com Linhares e Silva (1999, p. 184),

(...) Tratava-se de passar de um padrão agrário, montado sobre a exploração do trabalhador e o sufocamento do minifúndio pelo latifúndio, para um padrão baseado no acesso a financiamentos e insumos, o que certamente beneficiava a conjugação dos interesses financeiros do grande capital multinacional (química, para adubos e corretores de solo; máquinas e equipamentos, para instrumentos e implementos agrícolas).

Assim a modernização da agricultura atendia, aos interesses industriais, primeiramente, para depois subordinar a produção agropecuária aos padrões agroindustriais. Entre as décadas de 1980 e 1990, a estratégia das agroindústrias parte para a integração. O movimento deu-se principalmente “para trás”, por meio da formação de parcerias com produtores de matérias-primas, de acordo com os padrões estipulados pelas empresas. Agricultura e industrialização passam, portanto, a fazer parte da mesma cadeia, comandada pela indústria transnacionalizada a partir da década de 1990. Na atualidade, o comércio agrícola é fortemente controlado por grandes grupos transnacionais, que incentivam a produção monocultora em larga escala, com vistas à exportação, além de estabelecerem um novo padrão agroindustrial com uso de biotecnologias para o aumento da produtividade da agricultura. Esse novo modelo, apesar de responsável pelo superávit fiscal do país, agravou o problema da distribuição da renda. Como reflete Graziano (1996), a pobreza é gerada por uma distribuição desigual dos fatores de produção, aliada ao modelo de desenvolvimento adotado, que privilegia a grande produção e a grande propriedade e contraria a discussão da sustentabilidade, possibilitando maior concentração da produção e dos capitais, promovendo a subordinação do trabalho ao capital. Aos produtores familiares, sem recursos para acompanhar a crescente tecnificação, restam duas saídas – a integração aos complexos agroindustriais, principalmente através do arrendamento de suas terras para cana-de-açúcar e soja, e a produção para autoconsumo ou utilização da terra apenas como local de moradia, deslocando-se os membros da família para o trabalho em centros urbanos ou no próprio meio rural, em atividades não agrícolas.

Germer (2004) afirma que não se pode desvincular a luta pela socialização dos meios de produção dos assalariados rurais da luta pela reforma agrária, nem tampouco separá-los dos pequenos produtores

rurais, que estão somente a um passo de serem assalariados como boias-frias. Nesse sentido, Grzybowski (2004) afirma que os movimentos sociais são potenciais democratizadores que podem contribuir para alterar correlações de força, auxiliando na edificação de outra ordem social.

A luta pela Reforma Agrária e por uma Economia Solidária reflete a busca de alternativas para a redução da miséria de famílias rurais e para o restabelecimento dos princípios de comportamento tradicionais – reciprocidade, redistribuição e domesticidade (POLANYI, 2000), reinserindo a economia do homem nas suas relações sociais, relativizando as relações de mercado e a esfera dos interesses, na qual se ancoram as relações entre os indivíduos no modo de produção capitalista.

3.2 Economia solidária na reforma agrária

Para França Filho e Laville (2004), a vertente econômica solidária é um dos contra-movimentos que questionam o *laissez-faire* na economia. Inscrita tanto na esfera social quanto econômica, a Economia Solidária funda um movimento social de empreendedores rurais e urbanos que não é movido apenas pela rentabilidade do capital investido, mas, indo além dos interesses privados, busca no espaço público um poder-agir na economia.

Com a perda dos postos de trabalho no Brasil e a consequente desestruturação das forças produtivas nacionais, a partir do final da década de 1980, motivada principalmente pela abertura dos mercados internos mais e mais pessoas passaram a viver do subemprego e de práticas da economia informal, que representam um simulacro das práticas mercantis oficiais e podem dar guarida à precarização das relações de trabalho (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Nesse contexto, surge o estudo da Economia Solidária. Singer (2002) reflete que se busca um equilíbrio entre a dimensão social e a econômica, visando a encontrar outras alternativas para os momentos de crise do que o simples repasse à sociedade de seus custos, como se observa nas empresas capitalistas. O empreendimento e a forma de produção estão intimamente ligados a um tipo de sociedade. “Só dá para entender economia solidária como um projeto político em sociedade.” (LECHAT, 2002, p. 78). As estratégias e decisões são tomadas por todos e as responsabilidades são compartilhadas. Nesse sentido, a economia solidária tem colaborado efetivamente para a redução de desigualdades no Brasil (SINGER, 2002).

Entre os produtores da agricultura, a prática de cooperação, desde o início, se dava naturalmente com a organização de mutirões e troca do excedente de alimentos produzidos para o consumo (SINGER, 2010). Em 1986, no I Encontro Nacional de Assentados, discutiu-se a necessidade de se organizar a produção nos assentamentos, através do cooperativismo. Nos anos que se seguiram, as associações nos assentamentos rurais se tornam crescentes, e a aceitação do sistema de cooperação evoluiu gradualmente. Em 1989 surgiram as primeiras Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) no Rio Grande do Sul, e em 1991, foi criado, nos assentamentos do MST, o Sistema Cooperativista dos Assentados, composto por Cooperativas Agropecuárias, Cooperativas de Comercialização Regionais, Grupos Coletivos e Associações. Apesar dos benefícios trazidos pelas cooperativas, falhas administrativas e técnicas em razão da falta de preparo dos assentados em rotinas administrativas comprometeram a continuidade dessas organizações. Este estudo visa refletir sobre a necessidade de os agricultores do Projeto Jaguari se estruturar para, mais do que plantar, passar a produzir, tendo em vista mercados, buscando apoios externos e organizando-se coletivamente para a compra, captação de recursos e comercialização, no entanto de forma solidária.

4 Resultados e Discussões

A partir dos dados apresentados nas seções anteriores, faz-se uma comparação entre a Associação dos Mandaleiros de Uberlândia e o Assentamento Sumaré I e uma projeção para futuro no assentamento dos acampados do Projeto Jaguari. Os dados visam refletir sobre os modelos de organização no assentamento, com vistas no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Em outras palavras, o que produzir (quais os produtos mais demandados pelo mercado), como produzir (produção orgânica, formas de combate a pragas, agregação de valor ao produto, processamento mínimo etc.), como comercializar (individual ou coletivamente), como acessar mercados (via atravessadores, programas governamentais de aquisição de alimentos da agricultura familiar ou vendas direto ao consumidor) e que tipo de apoio externo terão à disposição (incubadoras, prefeituras, movimentos sociais etc.).

Dimensões da Produção Solidária

Caso	TOMADA DE DECISÕES	PRODUTIVIDADE	APOIO EXTERNO
Associação dos Mandaleiros de Uberlândia (AMU)	Limites: baixa participação/ alegam falta de tempo/ necessidade de trabalhar em outras atividades para prover o sustento doméstico	Limites: produção pequena para atender demanda de mercado	Limites: isolamento dos associados prejudica manter apoio articulado
	Desafios: desenvolver sentimento de pertencimento, com bases na participação emancipatória	Desafios: organizar coletivamente o que produzir e como escoar a produção, evitando atravessadores	Desafios: aproveitar o apoio do Centro de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários da UFU e os mercados institucionais
Assentament o Sumaré I (SP)	Limites: apenas parte do produtores participa da cooperativa	Limites: nem toda produção da cooperativa consegue ser escoada	Limites: não se aplica. Os assentados que estão na Copasul estão bem articulados com prefeituras e governo do Estado.
	Desafios: desenvolver sentimento de pertencimento, com bases na participação emancipatória	Desafios: acessar novos mercados	Desafios: manter e ampliar relações com agentes externos
Projeto de Assentament o Jaguari (SP)	Limites: decisões são centralizadas na coordenadora; demais membros da coordenação cumprem ordens. Falta também a discussão e planejamento de sistemas de moradia para o assentamento.	Limites: não há qualquer planejamento concreto para o futuro no assentamento, apenas sonhos com hortas fartas e produção para merenda escolar	Limites: o acampamento recebe apoio do partido dos Trabalhadores (PT) e algum apoio da Federação da Agricultura Familiar (FAF)
	Desafios: fomentar a participação, despertar o desejo de pertencimento, dividir responsabilidades	Desafios: estudar demandas, conhecer mercados e planejar o que, como, quando plantar e como comercializar	Desafios: buscar apoio de incubadoras e buscar conhecer e repetir modelos de outros assentamentos de sucesso, para evitar o processo de tentativa-erro

Figura 1 : Limites e desafios dos agricultores familiares da Associações dos Mandaleiros de Uberlândia, MG, (AMU), da Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais de Sumaré e Região, SP, (COPASUL) e do Projeto de Assentamento Jaguari, de Mogi Guaçu, SP

A Figura 1 mostra lacunas no que tange à participação nas organizações cooperativas na Associação dos Mandaleiros e na Cooperativa dos Produtores de Sumaré. A falta de participação, de cultura solidária, o isolamento, a falta de acesso a mercados, a falta de organização coletiva para produzir e comercializar, e a centralização de poder, são problemas que impediram o bom andamento por anos dos assentamentos estudados. Os casos citados permitem fazer uma projeção para o Projeto Jaguari, que ainda está na fase do acampamento, com o objetivo de evitar situações-problema que podem comprometer, ou no mínimo retardar os resultados do futuro assentamento.

4.1 Mandaleiros

A Associação dos Mandaleiros de Uberlândia (AMU) foi fundada em 2009 e tem o objetivo de apoiar processos coletivos de produção e comercialização de hortifrutos orgânicos a partir da tecnologia social das mandalas. São 45 famílias de agricultores, assentadas pela reforma agrária no entorno da cidade de Uberlândia, reunidas no empreendimento, juridicamente organizado como uma Associação. Mandalas são hortas cujos canteiros são construídos como círculos concêntricos, cujo centro é ocupado por um espelho d'água, onde se criam peixes e patos. Os animais são alimentados com sobras da produção dos canteiros e fertilizam a água, que é utilizada para irrigar os canteiros, como um sistema autossustentável. A produção é agroecológica, portanto não se utilizam agrotóxicos, nem adubos químicos, o que impõe atenção maior do agricultor em relação ao controle de pragas, realizado com misturas caseiras de ingredientes repelentes. Outra estratégia para reduzir a incidência de pragas é o plantio de culturas diferentes, lado a lado, dado que a maior parte das pragas é seletiva, isto é, não atacam todas as culturas indistintamente. Assim, reduz-se a possibilidade de perdas, no entanto, intensifica o uso de mão-de-obra no processo de cultivo desses hortifrutos orgânicos.

A AMU está incubada no Centro de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (CIEPS), desde 2011. O Cieps é uma unidade da Proex-UFU (Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia) que, além de socializar o conhecimento gerado na UFU com a sociedade, visa a contribuir na implementação de programas de geração de renda baseados na lógica da Economia Solidária.

Os agricultores da Associação de Mandaleiros de Uberlândia buscaram apoio na universidade para enfrentar dificuldades ligadas à produção e comercialização de seus produtos. O caso estudado por Betanho (2011) mostra que a associação não fomentava oportunidades, tampouco organizava processos para seus membros, além disso, não havia, entre seus associados, sentimento de pertencimento àquela organização. Apesar de estarem reunidos numa associação, não havia entre os agricultores organização do que produzir, do quanto e quando produzir. Da mesma forma, inexistia a organização de canais de comercialização. Cada agricultor decidia como escoar sua produção e as oportunidades se revelavam desiguais entre os associados. Apesar de haver junta-diretiva, formada pelo presidente e diretores, a associação praticamente estava sendo administrada por uma única pessoa – seu presidente. Os demais membros da direção não participavam da gestão, alegando falta de tempo e necessidade de trabalhar em outras atividades para o sustento doméstico. As decisões acabavam concentradas no presidente, que funcionava como interlocutor da associação em relação à prefeitura da cidade e a universidade. Não havia qualquer participação dos associados. Com dois anos de existência, nenhuma assembleia havia sido realizada. Mesmo com tantas dificuldades instaladas, notou-se a vontade de fazer a associação “funcionar” e um latente espírito coletivo, que poderia ser despertado durante o processo de incubação.

4.2 Assentamento Sumaré

O assentamento Sumaré I foi oficializado em fevereiro de 1984 e as famílias têm documento de uso-fruto por 99 anos. São 120 famílias assentadas no antigo Horto Florestal de Sumaré, numa área de 335 alqueires. As moradias estão organizadas em uma agrovila, que permite a proximidade dos moradores para reuniões e ajuda mútua e, além disso, o sistema de moradia representa economia na instalação de serviços como água, luz e telefone. Entre as atividades desenvolvidas pelos assentados, está o projeto-piloto de reflorestamento de áreas de mata ciliar, em parceria com Secretaria do Estado de Meio Ambiente e empresas da iniciativa privada, como a Bayer e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). Sessenta por cento dos trabalhadores rurais estão organizados na Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais de Sumaré e Região (COPASUL), fundada em 2008. Interessante ressaltar que a discussão de sua formação se iniciou em 2005, no entanto, apenas em 2008 se concretizou. Anteriormente, em 1988, uma associação foi fundada, mas ficou inativa até 2005. Apesar de quase 30 anos de existência o assentamento Sumaré I enfrenta dificuldades no que diz respeito ao cooperativismo: 60% dos agricultores pertencem à associação, os demais preferiam o isolamento. Mesmo com adesão

parcial dos agricultores, a COPASUL não consegue escoar a totalidade de sua produção: comercializa cerca de 60% do que produz e seus principais clientes são prefeituras da região. O excedente é comercializado diretamente pelos produtores em feiras livres ou no próprio assentamento. Apesar de ainda haver lacunas, é possível perceber uma evolução significativa desde sua fundação. A COPASUL conseguiu organizar equipes de trabalho coletivo para limpeza, apoio a outros movimentos sociais (inclusão de adolescentes, através de projeto de recuperação da mata ciliar), planejamento de culturas, reflorestamento e conscientização ambiental. Além disso, conseguiu fundar estrutura de apoio para seus moradores de lazer e cultura: possui biblioteca, quadra esportiva e salão de festas. No entanto, a principal razão do assentamento, que é gerar renda, a partir da agricultura familiar, ainda deixa a desejar. A produção é predominantemente de frutas, como banana e acerola, há algumas culturas de subsistência, como milho, mandioca e feijão e hortaliças, e a renda anual resultante da comercialização com prefeituras representava à época da pesquisa (2011) entre R\$ 4.500,00 e R\$ 12.000,00. Para os associados, apesar de insuficiente para que as famílias se mantenham, é um primeiro passo, fruto da organização e negociação coletiva dos trabalhadores.

4.3 Projeto Jaguarí

O Projeto de Assentamento Jaguarí nasceu de famílias remanescentes do Assentamento Agro-ecológico Hugo Mazzilli, em junho de 2008, no município paulista de Caconde. A essas famílias, juntaram-se outras com vistas à reforma agrária, motivadas principalmente pelo fato de o assentamento de Caconde ter se concretizado num curto espaço de tempo. Os acampados do Projeto Jaguarí se instalaram, provisoriamente, em diversas áreas, mas sofreram processos de desapropriação, até se instalarem, em maio de 2009, no bairro Mato Seco, em Mogi Guaçu, área abandonada, de propriedade do Estado. Através de observação participante, Miranda (2011) constatou que os acampados do Jaguarí são 100% de origem rural e já trabalharam na terra antes. A estrutura familiar predomina: 80,4% são casados ou vivem com companheiro, desses 73% vivem com a família no acampamento, e a idade média dos filhos é 10,6 anos. Quando do encerramento da coleta de dados da pesquisa, o acampamento possuía 149 famílias inscritas no processo que tramitava no INCRA. O perfil revelou pessoas oriundas da terra, que precisam dela para viver e que mantêm laços familiares e de trabalho com o meio rural. 100% dos entrevistados disseram já ter trabalhado na terra antes. De acordo com a pesquisa, o quesito “tempo de permanência” no acampamento aponta a persistência dos participantes que vêm na terra a condição de plantar para viver. O tempo médio de permanência no acampamento era de 23,9 meses, quando se concluiu o levantamento de dados (agosto de 2011), e o projeto estava com 27 meses. Quanto à religiosidade, 87,0% dos entrevistados possuem alguma religião: 65,0% são católicos, 25,0 % são evangélicos e 10,0 % são de outras religiões. Pode-se inferir que a predominância do catolicismo se justifique pela origem do movimento sem-terra dentro da Igreja Católica, nos anos de 1980.

5 Considerações finais

A organização em sistemas cooperativos visa não apenas a rentabilidade, mas busca profundas mudanças na esfera econômica, com bons reflexos na sociedade e no meio ambiente. Na economia solidária, empreendimento e forma de produção só fazem sentido dentro de um projeto político de sociedade. Nesse sentido é que devem ser entendidas as propostas para o Projeto Jaguarí: estratégias e decisões deverão ser tomadas por todos e responsabilidades compartilhadas. No caminho da economia solidária, fundada no cooperativismo, os assentamentos da reforma agrária podem contribuir grandemente para a redução de desigualdades no Brasil e promover importantes transformações na agricultura familiar e na qualidade de vida dessa população rural. Como refletiu esse trabalho, é importante ressaltar que além de plantar, o empreendimento da agricultura familiar deve buscar apoio para desenvolver rotinas administrativas e técnicas, e não permitir que o desconhecimento comprometa o sucesso da organização. Incubadoras universitárias e outras cooperativas da agricultura familiar, já estruturadas, podem contribuir para evitar o processo de tentativa-erro.

No caso do Jaguarí, a liderança do acampamento teoricamente está nas mãos de uma equipe, no entanto, percebe-se que as decisões e a própria motivação da continuidade no projeto giram em torno de sua principal líder. Os sentimentos de esperança e confiança ligam acampados a seus líderes, às vezes reconhecidos como “pais” do movimento. As respostas à pergunta “Você tem alguma função/tarefa no acampamento” mostraram que 21,7% disseram ter função no dia-a-dia do movimento, o que aponta para cooperação, no entanto, percebeu-se que há um cumprimento de tarefas que são pedidas pelos coordenadores (MIRANDA, 2011). Não prevalece uma participação emancipatória, como propuseram Tassara e Ardans (2007), em que o indivíduo é chamado a discutir, decidir, propor, e não apenas a

“carregar o piano”. A divisão de tarefas no modelo “um-manda-outro-obedece” e os questionamentos levaram à constatação de que há um líder que toma decisões, atribui funções e cumpre obrigações. Ao mesmo tempo em que fica sobrecarregado, tem de encontrar forças para motivar o grupo. O modelo revela-se frágil. É essa falta de consciência de que o sucesso depende da cooperação que pode num futuro breve trazer dificuldades estruturais no assentamento. Importante lembrar que a participação emancipatória é condição essencial para a inclusão daquela comunidade. Aliado a essa ideia, o desenvolvimento da conscientização cooperativista, de acordo com o proposto por Singer (2000) poderá significar mudanças estruturais na fase do assentamento.

A pesquisa de campo mostrou que, no Jaguari, a referência aos líderes como pais do movimento traz a ideia de alguém que vai resolver os problemas do grupo (papel comumente desempenhado pelos pais). Ao responder à pergunta “Você tem função no acampamento?”, afirmaram “De vez em quando, eu ajudo alguma coisa...”, “Quando eles pedem um favorzinho pra ajudar os coordenadores, uma limpeza...”, “Nóis faz o que pede”, “De vez em quando eu ajudo a ‘minha mãe’ (referência à líder do acampamento), ela é uma pessoa muito boa. O seu J.C. é como se fosse meu pai (o outro líder). O discurso aponta para a colaboração, mas não para cooperação, o que pode ser bastante comprometedor no assentamento, quando o grupo deixará de ter uma ação mais passiva (de esperar a terra) para uma ativa (de produzir). Mas há indícios de pensamentos autônomos: “Em sua opinião, a divisão de tarefas funciona?” um acampado respondeu: “Não, algumas pessoas fazem a tarefa sozinha e depois cobram dos integrantes o que não deixaram a gente fazer” (MIRANDA, 2011).

Refletir sobre os papéis de cada um dos membros do projeto e organizar-se com base nos preceitos da economia solidária pode garantir aos agricultores um futuro menos árduo. A exemplo dos mandaleiros, a escolha pela produção orgânica pode representar um bom mercado, pois atende ao conceito de sustentabilidade: produção com respeito ao ambiente, inclui sócio-economicamente e se insere no mercado, como propôs Elkington (2010).

Não se pode esquecer Nunes (2002): existem vários desafios a enfrentar, entre eles, o da dependência de agentes externos. Os agricultores devem buscar apoio em universidades e incubadoras para apreender as habilidades necessárias ao empreendedorismo solidário, caso contrário, ficarão presos às cadeias de atravessadores, que retêm para si parcela significativa da renda que pode ser gerada pela produção.

Outro apelo é a produção para autoconsumo, como observou Grisa (2007). Ela está presente na totalidade dos estabelecimentos da reforma agrária e tem representação financeira significativa. Gazolla (2004) constatou que a qualidade nutricional do alimento produzido para o autoconsumo tem qualidade superior aos alimentos adquiridos no mercado, é cultivado com menor quantidade de produtos químicos e considerado pelos agricultores como alimento puro.

Além disso, não se pode desconsiderar que a produção para autoconsumo é parte das rendas não-monetárias auferidas pelo agricultor. Na pesquisa de Betanho (2008), constatou-se que existem assentamentos de reforma agrária que produziam para autoconsumo quase toda a cesta básica de alimentos e outros que eram bastante dependentes dos mercados. Percebeu-se que nos assentamentos que produziam para autoconsumo, a qualidade de vida era melhor. Mesmo que a renda monetária fosse relativamente baixa, o dinheiro não era comprometido com os víveres de primeira necessidade, portanto a renda disponível para melhorar condições de vida era maior.

A reflexão sobre o preparo dos agricultores para o desafio de deixar de “plantar” e passar a produzir é mais do que atual e imprescindível. O que se percebe é que os empreendimentos precisam aprofundar seu conhecimento e seu relacionamento com seus mercados, possibilitando, no limite politizar as relações com o mercado (BETANHO, 2008), dado que dentro da ótica da economia solidária fala-se em poder-agir sobre a economia. No entanto, sem aprofundar suas competências em cooperação, produção e comercialização, esses esforços podem ser vãos, por isso a importância do investimento em formação e acompanhamento dos empreendimentos dentro da lógica de mercado e da economia solidária.

6 Referências

BETANHO, C. *Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST: pesquisa participativa e pesquisa-ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul*. 318 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

BORDENAVE, J.E.D. *O que é participação*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

CHIMELLO, R. *Unoescc & Ciência – ACET*, Joaçaba, v. 1, n. 2, p. 163-174, jul./dez. 2010.

ELKINGTON, J. *Enter the Triple Bottom Line*, 2004. Disponível em: <http://www.johnelkington.com/TBL-elkington-chapter.pdf>. Acesso em: 08 de novembro de 2010.

FERNANDES, B. M. *Formação e Territorialização do MST no Brasil*. In **CARTER, Miguel**. *Combatendo a Desigualdade Social, o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. P. 161 a 197.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GERMER, C. *O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária*. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Nova dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: Unicamp, 1996.

GRZYBOWSKI, C. *Movimentos Populares no Brasil: desafios e perspectivas*. Palestra no Simpósio do 47th International Congress Americanista, de 07 a 11/07/1991, Tulane University, New Orleans, Estados Unidos. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

INCRA. *Atlas Fundiário Brasileiro*. Internet <http://www.incra.gov.br/> Brasília, 1996. Acesso em 05/01/2012.

LECHAT, N. M. P. *As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil*. In: Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. II, 2002, Campinas. Palestra. Volume 1. p. 78-80.

LINHARES, M. Y.L.; SILVA, F. C.T. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MIRANDA, B. P. *Projeto de Assentamento Jaguari: a contribuição do acampamento de sem-terra de Mogi Guaçu, SP, para o desenvolvimento sustentável regional*. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida. Centro Univ. das Faculdades Associadas de Ensino - FAE. São João da Boa Vista, 2011.

NUNES, D. *A Construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador*. Bahia Análises & Dados. Salvador: SEI v.12, n.1, p.59-76, jun. 2002.

PNUD – Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008*. Internet http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr_20072008_pt_complete.pdf Acesso em 11/02/2008.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs.) et al. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. SP: Contexto, 2000.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. *A Recente Ressurreição da Economia Solidária no Brasil (2010)*. Disponível em www.ces.uc.pt/emancipa. Acesso em 2 de novembro de 2010.

TASSARA, E. T. de O.; ARDANS, O.; FERRARO JÚNIOR, L. A. *Mapeamentos, Diagnósticos e Intervenções Participativos no Socioambiente*, Série Documentos Técnicos, Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, Brasília, 2007.

VIA CAMPESINA. *A natureza do agronegócio no Brasil*. São Paulo, 2005.

VIEIRA, E. T. *A distribuição funcional da renda e a economia solidária*. Internet http://www.unitau.br/nupes/artigos/distribuicao_funcional.htm Acesso em 03/12/2006.